

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 Estudo realizado pelo Projeto Observatório ABC (Agricultura de Baixo Carbono) revelou que o Brasil tem um potencial de mitigar a emissão de gases de efeito estufa (GEE) nas atividades agropecuárias. Se apenas três tecnologias de mitigação geradas pela pesquisa e já disponíveis forem adotadas, o País potencialmente pode promover até 2023 uma redução muito maior do
4 que a meta estipulada pelo Plano ABC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O plano foi originalmente idealizado para recuperar 15 milhões de hectares degradados, mas poderia ser estendido a 60 milhões de hectares.

Se o País recuperar pastagens e promover integração lavoura-pecuária ou integração lavoura-pecuária-floresta, deixará
7 de ser lançado na atmosfera o equivalente a 1,8 bilhão de toneladas de CO₂, que corresponde a todos os GEE produzidos na atividade e medidos em comparação aos efeitos do gás carbônico.

Para chegarem aos resultados, os pesquisadores estimaram as emissões da agropecuária brasileira caso não houvesse a
10 adoção das tecnologias e usaram estimativas de crescimento do setor elaboradas pelo Mapa e pela Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp). Nesse cenário hipotético, o Brasil chegaria a 2023 com um saldo de 3,62 bilhões de toneladas de CO₂. A boa notícia é que, se somente as três tecnologias consideradas forem empregadas, todas as regiões brasileiras irão
13 neutralizar as emissões de GEE no campo e ainda armazenarão um adicional de carbono no solo.

O trabalho considerou a pecuária bovina e sete culturas agrícolas: arroz; milho; trigo; cana-de-açúcar; feijão; algodão; e pastagem. A pecuária é o maior emissor de GEE e, entre as espécies agrícolas, a cultura do milho é a que mais produz esses
16 gases, seguida pela de cana-de-açúcar, arroz, feijão e algodão. A produção de soja, maior produto de exportação agrícola brasileiro, não apresentou emissões significativas devido à utilização de fixação biológica de nitrogênio, processo que dispensa a aplicação de fertilizantes nitrogenados, principal fonte de emissão direta de GEE para essa lavoura.

19 A mitigação promovida seria especialmente interessante no setor pecuário. Com a recuperação de pastos, de acordo com o documento, poderá haver um adicional de 0,75 unidade animal por hectare. Em 39 milhões de hectares, esse adicional será de 29,3 milhões de bovinos.

22 Outra pesquisa da Embrapa mostrou que o Brasil pode dobrar a área de suas plantações de grãos, atualmente com 55 milhões de hectares, e aumentar a lotação de seus pastos sem precisar abrir novas áreas agrícolas. O salto produtivo tem sido observado em propriedades que adotaram técnicas de sistemas de produção que associam a criação de gado à agricultura
25 (integração lavoura-pecuária).

Os pesquisadores mostram que a recuperação de pastos degradados, além de promover benefícios ambientais, pode dar um impulso importante à pecuária bovina.

Internet: <agronovas.com.br> (com adaptações).

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 8.

- 1 O texto, estruturado em forma dissertativa, trata das consequências ambientais e econômicas da emissão de gases de efeito estufa nas atividades agropecuárias brasileiras.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a recuperação de pastagens, a integração lavoura-pecuária e a integração lavoura-pecuária-floresta são tecnologias eficazes de mitigação da emissão de gases de efeito estufa nas atividades agropecuárias.
- 3 Os vocábulos “País”, “até” e “deixará”, todos oxítonos, são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 4 A forma verbal “chegarem” (linha 9) está flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com o referente do sujeito da oração – “todos os GEE” (linha 7).
- 5 A oração “se somente as três tecnologias consideradas forem empregadas” (linha 12) expressa, em relação à oração subsequente, circunstância de condição.
- 6 Nas relações de coesão do texto, o vocábulo “a”, em “a que mais produz esses gases” (linhas 15 e 16), refere-se ao termo “cultura” (linha 15).
- 7 As vírgulas empregadas, respectivamente, após “nitrogênio” (linha 17) e “nitrogenados” (linha 18) separam trechos explicativos.
- 8 Na linha 24, o emprego do acento indicativo de crase em “à agricultura” justifica-se pela regência da forma verbal “associam” e pela anteposição de artigo definido ao termo “agricultura”.

Julgue os itens **9** e **10** quanto à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

- 9** “O plano foi originalmente idealizado para recuperar 15 milhões de hectares degradados, mas poderia ser estendido a 60 milhões de hectares.” (linhas 4 e 5): **O plano, originalmente idealizado para recuperar 15 milhões de hectares degradados, poderia ser estendido a 60 milhões de hectares.**
- 10** “Se o País recuperar pastagens e promover integração lavoura-pecuária ou integração lavoura-pecuária-floresta, deixará de ser lançado na atmosfera o equivalente a 1,8 bilhão de toneladas de CO₂” (linhas 6 e 7): **Se caso o País recupere pastagens e promova integração lavoura-pecuária ou integração lavoura-pecuária-floresta, deixaram de ser lançado na atmosfera 1,8 bilhão de toneladas de CO₂.**

Julgue os itens **11** e **12**, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 11** Lhe solicito o encaminhamento do documento anexo a Comissão de Controle e Fiscalização para as providências que se fizer necessário em função da gravidade do teor do mesmo.
- 12** Cumprimentando-o, e, conforme determinação do Presidente do Conselho Federal, encaminho ao senhor, anexo, cópia do despacho exarado nos autos do Processo n.º XXXXXXXXX/2018 para teu conhecimento e medidas cabíveis.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação ao Microsoft PowerPoint 2013 e ao sistema operacional Windows 10, julgue os itens de **13** a **16**.

- 13** No PowerPoint 2013, é permitido criar uma nova Guia na Faixa de Opções, contendo um grupo personalizado.
- 14** A Barra de Status do PowerPoint 2013 contém algumas informações, como, por exemplo, em qual *slide* o usuário está trabalhando.
- 15** A tela Iniciar (Área de trabalho) do Windows 10 somente pode ser aberta com o uso do *mouse*.
- 16** Diferentemente das outras versões do Windows, a tecla



, no Windows 10, tem a função de abrir um aplicativo ou um arquivo quando selecionado.

A respeito de redes de computadores e dos aplicativos para segurança da informação, julgue os itens de **17** a **20**.

- 17** O programa ping é uma das diversas ferramentas que são utilizadas para realizar testes de conectividade em redes de computadores.
- 18** Nas topologias barramento, anel e estrela, para que as redes de computadores funcionem corretamente, é obrigatória a presença de um equipamento concentrador, conhecido popularmente como *hub*.
- 19** Além de executar suas funções típicas, os *firewalls* ainda podem bloquear alguns tipos de ataques de recusa de serviços e detectar varreduras simples na rede.
- 20** Os *firewalls* não podem ser usados como interface com outros dispositivos de segurança, como, por exemplo, servidores de autenticação.

12 times de futebol, entre eles o Getabi e o Fadonense, se inscreveram em um torneio. Foram sorteados 4 times para compor o grupo A e mais 4 times para compor o grupo B. Os times restantes ficaram no grupo C. O primeiro jogo da competição será entre 2 times sorteados do grupo A.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **21** a **23**.

- 21** A probabilidade de o time Getabi estar no grupo B é maior que 40%.
- 22** O número de possibilidades para times no grupo A é maior que 500.
- 23** A probabilidade de o Getabi e o Fadonense fazerem o primeiro jogo do torneio é maior que 1%.

RASCUNHO

A: Se Fabiano estuda xadrez, então ele se torna um bom enxadrista.

B: Judith gosta de xadrez ou Fabiano estuda xadrez.

C: Se o professor ensina xadrez aos alunos, então Judith gosta de xadrez.

Considerando que as proposições acima sejam verdadeiras, julgue os itens de **24 a 27**.

- 24** Se Judith não gosta de xadrez, então o professor não incentiva os alunos.
- 25** Se Judith não gosta de xadrez, então Fabiano se torna um bom enxadrista.
- 26** Se o professor não ensina xadrez aos alunos, então Fabiano se torna um bom enxadrista.
- 27** Se Fabiano não se torna um bom enxadrista, então Judith não gosta de xadrez.

Com 20 empregados, trabalhando 8 h por dia, durante 12 dias, uma empresa gasta R\$ 96.000,00 em salários. O valor de cada hora de trabalho é igual para todos os homens.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **28 a 30**.

- 28** Uma hora de trabalho de um empregado custa mais de R\$ 60,00.
- 29** Para pagar 4 empregados, trabalhando 6 h por dia, durante 5 dias, são necessários menos de R\$ 10.000,00.
- 30** Se o número de empregados for reduzido em 10%, o número de horas diárias for reduzido em 20% e o número de dias for reduzido em 30%, então o total de gastos com salários será reduzido em mais de 50%.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Finalidade do processo administrativo

A atuação do administrador público deve ser pautada na busca do interesse da coletividade. A função administrativa tem como regra basilar o fato de que o administrador público deve exercer atividades em nome do povo.

Pode-se dizer, por esses motivos, que a realização de processos administrativos possui quatro finalidades básicas, apontadas pela doutrina, quais sejam: o controle da atuação estatal; a realização da democracia; a redução dos encargos do Poder Judiciário; e a garantia de uma atuação eficiente e menos defeituosa.

Matheus Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 3.^a ed., rev., ampl. e atual. Salvador: Jus PODIVM, 2016 (com adaptações).

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **31 a 37** acerca de processo administrativo.

- 31** Os preceitos da Lei n.º 9.784/1999 aplicam-se aos órgãos do Poder Executivo, não cabendo sua aplicação, quando no desempenho da função administrativa, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário da União.
- 32** Durante todo o processo administrativo, o administrado deverá ser, obrigatoriamente, assistido por advogado, independentemente de obrigação por força de lei, em respeito à garantia de defesa técnica.
- 33** No caso de pretensões equivalentes, as entidades administrativas e os órgãos deverão elaborar modelos ou formulários padronizados.
- 34** A competência na decisão de recursos administrativos não poderá ser delegada.
- 35** Caso não exista disposição específica, os atos da autoridade responsável pelo processo devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.
- 36** Os prazos dos processos administrativos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do vencimento e incluindo-se o do começo.
- 37** Não cabe recurso de decisões administrativas em face de razões de mérito, somente em caso de ilegalidade demonstrada.

O art. 1.º da Lei n.º 8.429/1992 preceitua que os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual serão punidos na forma desta Lei.

Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **38 a 44**.

- 38** Caberá à autoridade administrativa, responsável pelo inquérito de ato de improbidade, decretar a indisponibilidade dos bens.

- 39** O agente público que adquirir para outrem, e não para si, no exercício de seu mandato, bem cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à sua renda não concorrerá em ato de improbidade administrativa.
- 40** O agente público pode ser punido ao agir negligentemente na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.
- 41** O agente público, ao permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria, estará realizando ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 42** O responsável pelo ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário, com o malbaratamento dos bens da Administração Pública, estará sujeito à cominação de pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.
- 43** O agente público responsabilizado pelo ato de improbidade perderá a função pública e terá a suspensão dos direitos políticos efetivada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- 44** A Lei de Improbidade Administrativa estabelece um prazo imprescritível para punir servidor público efetivo que tenha cometido faltas disciplinares puníveis com demissão.

Lei de Acesso à Informação

A Lei Federal n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, preceitua que as informações referentes à atividade do Estado são públicas, exceto aquelas expressas na legislação.

Ela regulamenta o direito à informação garantido pela Constituição Federal, no inciso XXXIII, do Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Internet: <www2.camara.leg.br> (com adaptações).

Com relação à Lei n.º 12.527/2011, julgue os itens de **45 a 50**.

- 45** Os órgãos públicos do Poder Judiciário e o Ministério Público não se subordinam à Lei de Acesso à Informação, pois esta se aplica aos órgãos e às entidades do Poder Executivo.
- 46** A qualidade de informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino, é considerada como integridade.
- 47** As informações de interesse coletivo ou geral, custodiadas pelos órgãos e pelas entidades públicas, serão obrigatoriamente divulgadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores (Internet).

- 48** A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, independentemente da anuência do requerente.
- 49** Caso imponha sigilo à informação para fins de ocultação de ato ilegal cometido por outrem, o agente público ou militar será responsabilizado.
- 50** As informações em poder dos órgãos públicos e das entidades públicas, em razão do seu teor e de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderão ser classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas. Nesses casos, recebendo esses tipos de classificação, não terão prazos máximos de restrição de acesso.

Quanto às Leis n.º 5.194/1966, n.º 6.496/1977 e n.º 6.838/1980, julgue os itens de **51 a 56**.

- 51** A conduta do profissional que empresta seu nome a empresas executoras de obras e serviços sem ter participado é irregular, mas não caracteriza exercício ilegal da profissão.
- 52** Os Conselhos Regionais recolherão ao Conselho Federal a quota de participação a cada trimestre subsequente ao da arrecadação.
- 53** O pagamento da anuidade após o dia 31 de março terá o acréscimo de 20%, a título de mora, quando efetuado no mesmo exercício.
- 54** Aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia incumbirá indicar os dois membros da Diretoria Executiva da Mútua.
- 55** A Mútua poderá financiar, exclusivamente para seus associados, mediante contratação, planos de férias no País e(ou) de seguros de vida, de acidentes ou outros.
- 56** Todo processo disciplinar paralisado há mais de dois anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado.

Conforme a Lei n.º 9.784/1999 e o Decreto n.º 23.569/1933, julgue os itens de **57 a 60**.

- 57** Nos processos administrativos, a interpretação da norma administrativa será feita da forma que mais bem garanta o atendimento do fim público a que se dirige, retroagindo a nova interpretação.
- 58** O interessado poderá, por escrito, desistir do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis.
- 59** Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração nos casos em que a decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

- 60** No caso de reincidência na mesma infração, praticada dentro do prazo de um ano, a penalidade será elevada ao triplo da anterior.

No que se refere às resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, julgue os itens de **61 a 66**.

- 61** A atividade da pessoa jurídica, em região diferente da registrada, obriga ao visto do registro na nova região, não podendo ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente.
- 62** O estrangeiro portador de visto permanente, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.
- 63** A notificação do autuado interrompe a prescrição, ocasionando o reinício do prazo prescricional de cinco anos.
- 64** Compete à pessoa jurídica cadastrar a anotação de responsabilidade técnica (ART) de cargo ou função no sistema eletrônico e ao profissional efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da circunscrição onde for exercida a atividade.
- 65** A data de encerramento do Livro de Ordem será a do último dia do ano civil.
- 66** A falta de visto do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou do serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.

Considerando o que dispõem o Código de Ética Profissional, a Resolução CONFEA n.º 1.004/2003 e o Regimento Interno do Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia do Tocantins, julgue os itens de **67 a 70**.

- 67** É vedado o uso indevido do privilégio de exclusividade de direito profissional.
- 68** A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias quanto à data de comparecimento.
- 69** No caso de renúncia ou de licença do coordenador-adjunto por período superior a dois meses, o presidente da câmara especializada indicará substituto, entre seus membros, para exercer a função.
- 70** As câmaras especializadas são constituídas na primeira sessão plenária ordinária do ano, de acordo com a proposta de renovação do terço do Plenário aprovada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos temas fundamentais da contabilidade, julgue os itens de **71 a 80**.

- 71** A contabilidade dos órgãos públicos distingue-se da contabilidade de empresas privadas, tanto no registro das operações como no levantamento de demonstrativos.
- 72** A contabilidade é uma ciência que dispõe de objeto de estudo e metodologia próprios.
- 73** O objetivo da contabilidade restringe-se a demonstrar o resultado operacional de determinada entidade e a forma como esse resultado foi obtido.
- 74** A compra de um veículo à vista altera a situação líquida patrimonial da entidade compradora.
- 75** Se determinado direito tiver sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, deverá ser classificado no subgrupo de investimentos do ativo não circulante.
- 76** Determinado bem deve ser considerado como fungível se puder ser substituído por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- 77** A elaboração do orçamento de compras de determinada empresa envolve um fato administrativo misto.
- 78** O pagamento dos salários devidos no mês em curso constitui fato administrativo diminutivo.
- 79** Determinado lançamento contábil que resulta em alteração na situação líquida patrimonial se origina necessariamente de um fato administrativo, ainda que as contas devedora e credora tenham sido invertidas por engano.
- 80** A incorporação de uma empresa em outra envolve um fato contábil tanto para a empresa adquirente como para a empresa adquirida.

Em relação às técnicas básicas da contabilidade, julgue os itens de **81 a 90**.

- 81** A conta capital, de acordo com a teoria materialista, é uma conta diferencial.
- 82** Determinada conta deverá ser chamada de sintética quando receber um único débito ou crédito originado de vários fatos contábeis distintos.
- 83** A teoria personalista das contas baseava-se em uma relação de materialidade segundo a qual determinada conta só deveria existir enquanto houvesse também os elementos materiais por ela representados.
- 84** Para que determinado plano de contas seja considerado como completo, é suficiente prever contas específicas para cada bem, direito, obrigação ou situação patrimonial líquida.

- 85** Se o título descritivo de uma conta deixar de corresponder ao fato econômico que se pretende controlar, a conta deverá ser excluída do plano de contas e substituída por outra mais apropriada.
- 86** Um plano de contas deve ser uniforme ao longo do tempo, ainda que admita alterações parciais de acordo com as necessidades.
- 87** A escrituração é processada mediante lançamentos em livros destinados ao registro das operações que afetam o patrimônio.
- 88** No Brasil, o método de escrituração aceitável é definido na legislação pertinente.
- 89** O local e a data de determinado registro contábil são elementos essenciais do lançamento.
- 90** O depósito bancário de recursos financeiros existentes no caixa deve ser feito mediante um lançamento de segunda fórmula.

No que se refere às operações mais comuns e à sua contabilização, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** Os juros cobrados em determinado empréstimo têm natureza patrimonial distinta do principal da dívida.
- 92** Quando uma empresa remete um título para cobrança bancária simples, o valor a ser cobrado deve ser creditado na empresa detentora do título, ainda que não haja adiantamento por parte da instituição financeira.
- 93** É vedado constituir crédito sobre o pagamento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- 94** O pagamento de aluguel não afeta a situação líquida patrimonial, uma vez que a saída do caixa é compensada com a entrada do direito de uso do imóvel.
- 95** As variações monetárias podem ter natureza ativa ou passiva, sejam elas decorrentes da variação de preços ou da taxa de câmbio.
- 96** Adiantamentos a empregados não devem ser registrados como despesas no momento da concessão.
- 97** Se determinada empresa assumir os gastos com transporte e seguro das mercadorias que compra, tais despesas podem ser incluídas no custo de aquisição.
- 98** O crédito na conta de mercadorias decorrente de uma venda não altera o valor dos estoques, cujo saldo somente será conhecido depois de realizado o inventário.
- 99** A conciliação de contas é ineficaz para detectar a ausência de lançamentos na escrituração.
- 100** Os lançamentos de ajustes decorrentes da conciliação contábil podem ser feitos pela mesma pessoa que realizou a análise das contas.

A respeito de demonstrações financeiras e temas correlatos, julgue os itens de **101** a **110**.

- 101** O balancete de verificação retira do livro razão apenas o nome e os saldos finais de cada conta, descartando os lançamentos que levaram a esses saldos.
- 102** As contas retificadoras de ativo e de passivo são incluídas no balancete de verificação com seus saldos invertidos.
- 103** No balanço patrimonial, os elementos do patrimônio são agrupados de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação patrimonial e econômica das entidades.
- 104** Bens intangíveis não podem fazer parte do ativo imobilizado.
- 105** A demonstração do resultado do exercício deve ser apresentada de forma dedutiva, partindo-se da receita bruta, da qual se fazem as exclusões e os acréscimos para se chegar ao resultado líquido.
- 106** No caso de companhias de capital aberto, a demonstração do resultado do exercício deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social.
- 107** Na matemática financeira, se for preciso incorporar valores percentuais em uma série histórica, o mecanismo normalmente utilizado será o ágio.
- 108** Suponha-se que uma pessoa compre um carro de R\$ 28.000,00 em 18 prestações, com previsão de cobrança de juros simples de 2% ao mês. Nesse caso, ao final do período, ela terá pagado um valor abaixo de R\$ 38.000,00.

RASCUNHO

- 109** A taxa interna de retorno é uma taxa que iguala o valor presente dos fluxos de caixa futuros ao investimento inicial.
- 110** Os índices de liquidez de determinada empresa mostram a capacidade de pagamento dos compromissos no curto, no médio e no longo prazo.

Quanto aos dispositivos legais e pronunciamentos técnicos, julgue os itens de **111** a **120**.

- 111** Orçamento é a parte de um plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado exercício.
- 112** A denominação de determinada cobrança realizada pelo Poder Público é irrelevante para caracterizar o valor cobrado como tributo.
- 113** Os impostos devem ter seus valores calculados com base na prestação de serviços específicos do Poder Público aos contribuintes.
- 114** As fundações públicas estão dispensadas da realização de licitações na modalidade de pregão eletrônico.
- 115** As autoridades competentes devem evitar interpretações das normas disciplinadoras do pregão que contrariem o interesse da Administração, ainda que tais interpretações ampliem a disputa entre os interessados.
- 116** É vedado incluir o nome de pessoas físicas na denominação formal de companhias abertas, ainda que seja uma homenagem póstuma.
- 117** Determinada companhia classificada como fechada é proibida de negociar títulos de sua própria emissão.
- 118** O capital social de companhias e sociedades anônimas somente pode ser modificado se o valor nominal das ações permanecer constante.
- 119** Determinada informação contábil ou financeira será considerada como relevante se for capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- 120** A entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que reflitam os eventos subsequentes que já existiam na data final do período contábil a que se referem.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Prefácio da NBC TG Estrutura Conceitual (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro;
- b) características qualitativas da informação contábil-financeira; e
- c) reconhecimento de elementos patrimoniais.